

O déficit nominal de quase 6% do PIB, anunciado estes dias, é um vexame para um governo que elegeu a estabilização como prioridade. Não será resolvido por sorrisos, por críticas à metodologia de apuração, nem com xingamentos ao FMI, aos banqueiros internacionais, à ortodoxia econômica ou à impaciência dos economistas mais velhos. Só será revertido quando o governo parar de achar que engenharia financeira, privatização ou mais financiamento diminuem déficit.

O regime fiscal herdado do período de alta inflação continua intacto: corta-se bolsa de estudo para mostrar austeridade mas abre-se a burra do sistema financeiro estatal para financiar a simpatia dos governadores, que com a maior cara-de-pau gastam o dinheiro das privatizações e se apresentam à mídia como grandes sacrificados pela política econômica. A realidade é que dos R\$ 10,8 bilhões que os estados obtiveram com a privatização em 1997, R\$ 4 bilhões da receita da CPFL foram gastos em dezembro. Corresponderam a 80% do total anual do déficit primário dos estados e municípios.

O governo usou o notável aumento de credibilidade propiciado pela inflação baixa para financiar-se mais e não para diminuir suas necessidades de financiamento. Perdeu tempo, como perde um tempo enorme achando que vai conter o déficit externo pela via da política industrial e do subsídio creditício, e persiste no erro de desconhecer a conexão entre o déficit externo e o déficit fiscal. O resultado é que aprovou várias reformas importantes e arrisca-se a jogar no lixo um excelente resultado, em meio à melhoria do financiamento externo para o Brasil, porque tem uma política fiscal inadequada.

No caminho da solução da crise asiática, há vários vexames fiscais que desembocam tanto na desorganização econômica, como na Indonésia ou na Coreia, quanto na incapacidade dos governos de corrigirem os rumos das suas economias, como no Japão. Em visível contraste, a força da economia americana coincide com a perspectiva de eliminação do déficit fiscal, resultado de uma coalizão bipartidária que optou pela coerência. Os países europeus saem da lama da estagnação econômica precisamente porque mesmo os governos socialistas enfrentam o incômodo político de cortar gastos e cobrar impostos menos nocivos ao crescimento como forma de dar sustentação à política monetária austera.

Enquanto isso, parecemos ignorar as lições da análise macroeconômica nos últimos 30 anos, que dão crescente importância ao déficit fiscal como medida de desempenho do governo. Ficaram para trás os tempos em que o único aspecto do déficit que interessava era a propriedade de estimular a economia na fase recessiva do ciclo econômico e corrigir as exuberâncias das fases expansivas. A partir dos anos 70, três novidades ganharam relevo no julgamento da política fiscal: a inflação endêmica, a ligação entre déficit fiscal e desequilíbrios externos e a qualidade do gasto e do imposto como instrumentos da promoção do crescimento e do bem-estar da população.

Constatou-se primeiro que não existia pressão inflacionária permanente sem necessidade crescente de financiamento do déficit do Estado. Segundo, que nas economias abertas, a taxa de câmbio submetida ao objetivo de estabilização de preços não é compatível com uma política fiscal expansionista, porque a política monetária é subalterna. Terceiro, que as despesas públicas sobem sempre, sendo, portanto, essencial o controle da qualidade do gasto e dos impostos que as financiam.

No apagar das luzes de 1997, o governo lavrou um tanto anunciando um pacote coerente de medidas fiscais, que foi saudado precisamente porque contemplava, ainda que de forma tímida, os três aspectos. O resultado esperado para 1998 ficou sob suspeita diante das notícias do final do ano. Ou o governo mostra que tem condições políticas para frear a fúria gastadora dos seus aliados ou o presidente terá dificuldades em convencer eleitores e formadores de opinião de que tem de fato compromisso com a estabilização e a restauração do crescimento que lhe deram o primeiro mandato.